

FERNANDO AUGUSTO AFONSO PINTO

TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO DA CEPAL, 1950-60

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: José Gabriel Porcile Meirelles

**CURITIBA
2008**

TERMO DE APROVAÇÃO

FERNANDO AUGUSTO AFONSO PINTO

TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO DA CEPAL, 1950-60

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:


Orientador: Prof. José Gabriel Porcile Meirelles
Departamento de Economia, UFPR


Membros: Prof. Nilson Maciel de Paula
Departamento de Economia, UFPR


Prof. Wellington Pereira
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 05 de novembro de 2008.

Ao professor e orientador José Gabriel Porcile Meirelles, pelo acompanhamento, revisão do estudo e críticas que possibilitaram a realização deste trabalho.

Aos meus pais Ademar e Vera.
Por tudo que alcancei.

RESUMO

A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) é o organismo das Nações Unidas que se propõe em auxiliar os governos dos países latino-americanos na promoção do desenvolvimento. O objetivo deste trabalho é reconstituir de forma sistematizada as idéias que predominaram nas duas primeiras décadas de existência da instituição, contextualizando-as em seus momentos históricos. O primeiro capítulo apresenta idéias comuns dos autores cepalinos sobre conceitos “centro” e “periferia”, processo de industrialização substitutiva e origem e características da inflação estrutural. O segundo capítulo apresenta a discussão cepalina dos anos sessenta, focada nos principais obstáculos ao desenvolvimento latino-americano. Nesta fase são incluídas, análises sociológicas do desenvolvimento e a teoria da heterogeneidade estrutural, em conjunto com a visão anterior baseada no sistema centro-periferia. Em ambos os capítulos as idéias são reconstituídas nos seus em momentos históricos específicos, a partir da sucessão de idéias-forças e através do método histórico-estruturalista, característico a CEPAL.

Palavras-chave: CEPAL. Desenvolvimento econômico. Centro. Periferia. Industrialização substitutiva. Inflação estrutural. Obstáculos. Análises sociológicas. Heterogeneidade estrutural. Histórico-estruturalista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS ...	4
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	4
1.2 O CONCEITO CENTRO E PERIFERIA.....	7
1.3 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO SUBSTITUTIVA	11
1.4 INFLAÇÃO ESTRUTURAL.....	14
2 REFORMAS PARA VIABILIZAR O DESENVOLVIMENTO	19
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	19
2.2 OBSTÁCULOS ESTRUTURAIS AO DESENVOLVIMENTO	21
2.3 VISÃO ANALÍTICA DA DEPENDÊNCIA	27
2.4 HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL.....	31
CONCLUSÃO.....	35
REFERENCIAS	48

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo reconstruir a trajetória intelectual da principal fonte mundial de informações e análises sobre a realidade econômica e social latino-americana em suas primeiras décadas de existência. A Comissão Econômica para a América Latina ao longo do tempo foi considerada como único centro intelectual em toda a região capaz de gerar um enfoque analítico próprio, que se manteve vigente durante todo este período. Para isto o trabalho está sistematizado de acordo com as temáticas priorizadas na época e com os contextos históricos em que as idéias foram desenvolvidas.

A reconstrução inicia-se com a apresentação do contexto histórico que motivou o surgimento da CEPAL. Reconstitui-se a trajetória do impacto da Revolução Industrial que proporcionou a formação de um sistema de divisão internacional do trabalho, que se caracterizava justamente pela separação do processo produtivo entre aqueles que detinham tecnologia os chamados países desenvolvidos e os fornecedores de matérias-primas, denominados de países subdesenvolvidos.

No período pós-guerra havia uma descrença em relação às ideologias liberais por parte de alguns analistas latino-americanos que criticavam a falta de teorias econômicas adaptadas à realidade da região. A CEPAL surge como fonte alternativa para cobrir o vazio teórico encontrado, através de uma versão original da teoria do desenvolvimento. Assim desenvolveu-se uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos, utilizando como um forte instrumento a análise da história e a formação das estruturas dos países subdesenvolvidos.

Em seguida, são apresentadas as teorias cepalinas sobre o processo de Industrialização periférica, baseada na substituição das importações, como forma de contornar as diversas crises do comércio internacional. O desenvolvimento do setor industrial até então, era um reflexo das exportações. A partir das restrições encontradas no mercado mundial, a industrialização passa a ser induzida principalmente pelo declínio das exportações. As amplas argumentações das teorias

basicamente estiveram pautadas em torno de três explicações consideradas inerentes à industrialização da região: o desemprego estrutural, o desequilíbrio externo e a deterioração dos termos de troca.

Finalizando o primeiro capítulo, são apresentados os enfoques estruturalistas da inflação, que começam a fazer parte dos estudos cepalinos a partir da década de 1950, inicialmente com análises do aumento de preços na economia chilena, e que posteriormente em outras economias latino-americanas, principalmente México, Argentina e Brasil. Após meados da década de 1950 são desenvolvidos diversos esquemas de análises com a finalidade de buscar ferramentas teóricas para explicar os diversos tipos de inflação da região. Apesar de sua heterogeneidade os estudos convergiram, apontando que a inflação tinha as suas raízes em desequilíbrios gerados pela rigidez dos setores externos e agrícolas, denominado posteriormente por inflação estrutural.

O segundo capítulo inicia com as temáticas predominantes na década de 1960. Primeiramente a crescente instabilidade macroeconômica, fruto de problemas causados pelas restrições de importações. Posteriormente a preocupação da CEPAL com o crescimento desorganizado nos centros urbanos e a formação das favelas, nas áreas periféricas das grandes cidades devido ao êxodo crescente da mão de obra natural do campo. Seguindo com os fatos marcantes na década de 1960, há de se destacar outros três acontecimentos de grande importância. Primeiro o alastramento do clima de desconfiança na região gerado pela Revolução Cubana em 1959. Segundo os golpes militares, que passaram a fazer parte da vida política inicialmente no Brasil, mas que posteriormente alastrou-se para países vizinhos. E por último a criação da ALALC, com o objetivo de realizar o intercâmbio comercial na região.

Passo seguinte foi apresentar as teorias que apontavam a dificuldade da periferia de crescer e absorver a força de trabalho, indicando a necessidade de reformas estruturais e de redistribuir renda para dinamizar a economia. O baixo crescimento de renda aliado às tensões sociais existentes e a incapacidade dos grandes centros de absorverem a força de trabalho no processo produtivo fazem da reforma agrária a principal opção viável segundo os cepalistas para contornar a insuficiência dinâmica das economias da região.

Em seguida evidências de crescimento em toda a América Latina, na segunda metade dos anos 1960, iriam invalidar os argumentos estagnacionistas. A CEPAL volta seus estudos para duas teses que ganhariam mais representação dentro da instituição. A primeira tese foi orientada sob estímulos de natureza sociológica de desenvolvimento, conhecida como “teoria da dependência”, ou somente “dependência”, surgida como reação às teses correntes no período. Havia a necessidade de organizar análises de vinculação entre os processos de crescimento dos distintos países ao comportamento das classes sociais e das estruturas de poder econômico e político com o resto do mundo.

A tese da heterogeneidade estrutural, também surge de forma paralela na busca de preencher o vazio teórico encontrado no início dos anos 1960. Formulada por Aníbal Pinto, ela partia da constatação de que os frutos do progresso técnico tendiam a concentrar-se através da distribuição das riquezas. Segundo o autor a industrialização não conseguiu impulsionar o desenvolvimento para dentro, pelo contrario só reproduzia de forma renovada a velha heterogeneidade estrutural predominante do período agrário-exportador.

Ambas às teses convergiam agendas políticas semelhantes de reformas dentro do capitalismo. Apontavam para a necessidade de mudanças de estilos de desenvolvimento econômico, através de uma profunda transformação política e da recuperação da democracia. Temática está que dominaria a década seguinte.

O trabalho, precisamente procura reconstruir a evolução das idéias cepalinas e de seu contexto histórico, como uma etapa chave da história do pensamento econômico na região.

1 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A Revolução Industrial durante a primeira metade do século XIX se apresentou como um fenômeno essencialmente inglês, fenômeno este que estruturou não só a economia inglesa, mas também trilhou o rumo do comércio mundial e da América Latina. Assim tornava-se interessante para a Inglaterra a idéia de transformar-se no centro do comércio mundial, como o maior pólo de exportação de produtos industriais e abrir seu mercado para produtos primários provenientes do resto do mundo.

Furtado (1970, p. 54) apontou que com o efeito da atividade industrial inglesa, o processo econômico passou por uma transformação sem precedente na história, rompendo com todo um pensamento de uma geração, que acreditava que a partir de certo momento, o rendimento por unidade do solo tenderia a decrescer necessariamente, qualquer que fosse a quantidade de mão-de-obra adicionada, o que significava que a disponibilidade de terra comandava o emprego dos demais fatores, e foi à industrialização que veio romper com este pensamento.

Nela o próprio crescimento, ao criar a possibilidade de aprofundar a divisão do trabalho e de utilizar máquinas em maior quantidade e mais complexas, transformava-se em fonte de aumento de produtividade, o que significava rendimentos crescentes. Sendo assim, mesmo que os preços dos produtos agrícolas importados fossem estáveis e idênticos aos da produção nacional, poder pagá-los com produtos industriais constituía óbvia vantagem para um país escasso de terras, como era a Inglaterra. Por outro lado, uma vez constituído um núcleo industrial importante nesse país e consolidada uma posição de avanço relativamente aos demais países, não seria difícil demonstrar, no quadro do teorema das vantagens comparativas considerando em termos estatísticos, que para esses demais países também era vantajoso adquirir na Inglaterra os produtos industriais pagando-os com matérias-primas (FURTADO, 1970, p.55).

A formação de um núcleo industrial na Europa provocou uma mudança na economia mundial, passando a condicionar o desenvolvimento econômico em diversos países. A ação desse núcleo industrial passou a exercer em três direções

distintas. A primeira linha de desenvolvimento seguiu dentro da Europa Ocidental, caracterizando-se pela desorganização da economia artesanal pré-capitalista e pela progressiva absorção dos fatores liberados, a um nível mais alto de produtividade (FURTADO in BIELSCHOWSKY, 2000, p. 252).

A segunda linha de desenvolvimento da economia industrial europeia seguiu para um deslocamento além de suas fronteiras, em busca de terras ainda desocupadas e de características semelhantes às terras europeias. As populações que emigravam para esses novos territórios levavam técnicas e os hábitos de consumo da Europa e ao encontrarem maior abundância de recursos naturais alcançavam rapidamente níveis de produtividade e renda bastante elevados. Se considerarmos que essas colônias só se estabeleciam onde prevaleciam condições econômicas excepcionalmente favoráveis, explica-se que suas populações hajam alcançados, desde o início, alto nível de vida, comparativamente aos dos países europeus (FURTADO in BIELSCHOWSKY, 2000, p. 253).

A terceira linha seguiu a expansão da economia industrial europeia, foi em direção das regiões já ocupadas, algumas das quais, já se encontravam densamente povoadas, com um sistema econômico já formado, porém todos de natureza pré-capitalista (FURTADO in BIELSCHOWSKY, 2000, p. 254).

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista consistiu, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (FURTADO in BIELSCHOWSKY, 2000, p. 253).

Para Furtado (1970, p. 56-57) a vitória das idéias livre-cambistas encerrou a primeira fase da Revolução Industrial na Inglaterra e proporcionou na segunda metade do século a formação de um sistema de divisão internacional do trabalho com base em um mercado mundial, no qual predominou o uso da tecnologia em favor da transformação dos meios de transportes, barateando o preço final do produto manufaturado. Assim surgia entre o século XIX e início do século XX um sistema, que se caracterizava justamente pela sua divisão do processo produtivo entre aqueles que detinham tecnologia e os fornecedores de matérias-primas, tomando forma na nova economia mundial então vigente.

No início do século XX, a América Latina passou por um período de rápido desenvolvimento econômico e intensa transformação social. Países como a Argentina, Brasil e México apresentavam parcelas significativas no fornecimento de matéria-prima para os países industrializados, consolidando um papel importante no comércio internacional.

O setor externo nas economias primário-exportadoras sempre apresentou alto peso relativo, dando ênfase ao papel desempenhado por duas de suas variáveis básicas: as exportações responsáveis por parcelas importantes na geração de renda interna e pelo seu crescimento e as importações como fonte de suprimentos dos vários tipos de bens e serviços necessários ao atendimento de parte apreciável da demanda interna.

Uma comparação com as economias centrais mostra que nos países desenvolvidos embora as exportações fossem um componente importante na formação da renda nacional, não era o único responsável pelo crescimento econômico. A variável exógena juntava-se a uma variável endógena de grande importância, o investimento autônomo acompanhado de inovação tecnológica. Desta forma a combinação dessas duas variáveis permitiu que o aproveitamento das oportunidades do mercado exterior viesse a ocorrer paralelamente com a diversificação e integração da capacidade produtiva interna. Já na América Latina não só as exportações eram praticamente o único componente responsável pelo crescimento da renda como também o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia, sistema esse frágil do ponto de vista da diversificação da capacidade produtiva por apresentar na sua base poucos produtos primários exportadores. A realidade latino-americana é que com um setor agrícola de subsistência e um setor industrial com pouca atividade, eram insuficientes para dar dinamismo próprio no processo de crescimento econômico (TAVARES, 1973, p. 30-31).

A realidade latino-americana mostrava que a difusão do progresso técnico não chegava com força desde o centro até a periferia. O progresso técnico difundia-se dentro dos centros, mas não na periferia. Como observa Prebisch: “se por coletividade entende-se tão somente o conjunto dos grandes países industrializados, é verdade que o fruto do progresso técnico distribui-se gradativamente entre todos os grupos e classes sociais. Todavia se o conceito de coletividade é entendido à

periferia (...) passa a carregar em si um grave erro” (PREBISCH in BIELSCHOWSKY, 2000, p. 71).

A premissa do antigo esquema da divisão internacional do trabalho é válida como modelo teórico e seu raciocínio relativo aos benefícios econômicos, no qual o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa para todos. Porém a crítica dos cepalinos é que a premissa falha em tratar de uma maneira muito ampla situações específicas. Forma-se assim a base do surgimento das teses centro-periferia, a serem analisadas na próxima seção.

1.2 O CONCEITO CENTRO E PERIFERIA

Desde o final da década de 1950 e início da década de 1960 a América Latina começa a elaborar uma teorização voltada à compreensão de obstáculos internos e externos do continente, para proporcionar uma maior aceleração de seu desenvolvimento. Entretanto verificou-se que essa é uma operação complexa que exigia profundas mudanças, e no caso da América Latina, pouco se tem feito para a eliminação destes obstáculos.

Os males que afligem a economia latino-americana não correspondem a fatores circunstanciais ou transitórios. São expressões da crise da ordem de coisas existente e da escassa aptidão do sistema econômico – por falhas estruturais que não soubemos ou não pudemos corrigir – para lograr e manter um ritmo de desenvolvimento que corresponda ao crescimento da população e às suas exigências de rápido melhoramento (PREBISCH, 1963, p. 11).

A abordagem sobre o desenvolvimento latino-americano do ponto de vista da CEPAL adota um enfoque histórico-estruturalista¹ no qual a comissão trabalha a idéia da relação centro-periferia, juntamente com análises dos fatores internos que no processo de dependência e desenvolvimento latino-americano acabam englobando o diagnóstico da transição que se observa nas economias

¹ Ricardo Bielschowsky (In. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL, p. 20.), faz uma distinção do uso do termo estruturalista usado na antropologia e em algumas disciplinas de ciências sociais, e o enfoque econômico que os autores da CEPAL utilizam, neste o enfoque é orientado pela busca de relações diacrônicas históricas e comparativas, que segundo o próprio autor trata-se de mais um método indutivo do que uma heurística positiva.

subdesenvolvidas da América Latina do modelo primário-exportador e do modelo urbano-industrial.

De acordo com um contexto pós Segunda Guerra Mundial e uma grande depressão Raúl Prebisch em seus trabalhos, começa a contrastar modelos de crescimento, de progresso técnico e de comércio internacional entre os países-centro e os países periféricos e como estes modelos atuam na estrutura econômica e social entre esses países.

O autor Adolfo Gurrieri ajuda a melhor compreender as idéias que cercavam o pensamento cepalino e envolveu um dos mais importantes personagens dessa corrente teórica, o argentino Raúl Prebisch um dos fundadores da CEPAL, cujos trabalhos ajudaram a compreender os problemas de desenvolvimento latino-americano:

No cabe duda que lo propuesto por Raúl Prebisch em sus primeros trabajos en la CEPAL, es un paradigma el programa porque constituye un esquema ordenado de un campo problema – el desarrollo latinoamericano – construido en contraposición al entonces predominante, a partir de cual organiza la búsqueda y acumulación de conocimiento de una manera colectiva y socialmente organizada (...) Su programa (...) es también el fundamento de la creación y consolidación de las instituciones que le servirán de ámbito propicio para el crecimiento y difusión de sus ideas, y sobre todo, el ariete con que penetra em la realidad para conocerla y transformarla (GURRIERI in BIELSCHOWSKY, 2000, p. 17).

A grandeza do método cepalino reside, na interação entre o método indutivo e a abstração teórica formulado inicialmente por Prebisch, desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada nas análises e tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo, colocando um duplo papel analítico entre a oposição do “centro” desenvolvido e a “periferia” subdesenvolvida (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 20).

Primeiramente a análise serviu de argumento para a CEPAL de que a referida estrutura determinava um padrão específico de inserção na economia mundial, ou seja, como “periferia” termo utilizado por Prebisch antes de ingressar na CEPAL, produtora de bens e serviços com demanda internacional pouco dinâmica e importadora de bens e serviços com alta elasticidade renda, absorvedora de padrões de consumo e tecnologias adotados nos centros, mas freqüentemente inadequados ao cenário e disponibilidade de recursos da periferia.

Em segundo, as análises apontavam a idéia de que a estrutura socioeconômica periférica determina um modo próprio de se industrializar, de absorver a força de trabalho e introduzir progresso técnico, não se tratava de comparar o subdesenvolvimento periférico com o passado das economias centrais. Para os autores cepalinos o desenvolvimento latino-americano não seria uma etapa de um processo universal de desenvolvimento e sim um processo único, característico da região, com resultados distintos dos apresentados pelos centros.

Neste par de conceitos está subentendido a idéia de um desenvolvimento desigual. Consideram-se centros os países que desenvolvem inicialmente técnicas de produção capitalista, possuem estruturas produtivas homogêneas e diversificadas e o progresso técnico é difundido em um curto espaço de tempo na cadeia produtiva. Ao contrário, a periferia está constituída pelas economias cuja produção permanece inicialmente atrasada do ponto de vista tecnológico, apresentam uma grande heterogeneidade estrutural, onde setores modernos responsáveis pela exportação de matéria-prima convivem com setores arcaicos, em uma cadeia produtiva pouco diversificada (RODRIGUEZ, 1981, p. 37-38).

Prebisch (1963, p. 13) destaca que o desenvolvimento latino-americano escapa das teorias convencionais sobre desenvolvimento econômico, que o subdesenvolvimento se deve fundamentalmente a um fenômeno estrutural que leva aos países centrais a reter os frutos do progresso técnico e que estes frutos não se difundem para o resto do mundo.

Furtado (1979, p. 246) destacou que a relação centro-periferia possibilitou aos países latino-americanos à sua inserção no processo de desenvolvimento econômico do século XIX, porém era um sistema que gerava certa assimetria, já que países produtores de matéria-prima ficavam dependentes dos grandes centros industrializados. O autor aponta que o subdesenvolvimento foi inicialmente a característica das economias que cresciam com o aumento da produtividade decorrente das vantagens comparativas, geradas pela expansão internacional da procura de produtos primários, assim o aumento da procura internacional por produtos primários, abria espaço para a elevação da produtividade, através da especialização geográfica que a vantagem comparativa requeria. Porém esse aumento de produtividade ligado ao campo, não exigia grandes mudanças estruturais na forma de produção, em contrapartida os países que se desenvolviam

especializando-se em setores de produção tecnológica alcançavam uma industrialização mais profunda.

Para Furtado (1979, p. 247) há um aspecto fundamental deixado “à sombra” pela lei das vantagens comparativas em que os países periféricos ao especializarem transformavam-se em importadores de novos bens de consumo advindo do progresso tecnológico dos países centrais.

O aumento de produtividade média no país periférico não se traduzia (...) em aumento significativo da taxa de salários, mas esse aumento de produtividade trazia necessariamente consigo elevação dos gastos em consumo e modificação qualitativa do padrão de vida da minoria proprietária e dos grupos urbanos profissionais e burocráticos. Desta forma, desenvolvimento (ou melhor, progresso na concepção vulgar) passou a confundir-se com importação de certos padrões culturais, ou seja, com a modernização dos estilos de vida (FURTADO, 1979, p. 247).

O desenvolvimento periférico passa, portanto, a ser uma extensão do estilo de vida dos países centrais, reflexo do consumo de uma minoria, cujo estilo de vida assemelha ao estilo de vida adotado nos países de alta produtividade. Para o autor “cabe ao processo de transplantação de modelos de consumo das economias centrais, para os subsistemas periféricos, o papel determinante na alocação dos recursos neste último”, ou seja, quanto mais intenso tende a ser o progresso técnico e a diversificação da forma de consumo do país central, maior o desenvolvimento dependente e a heterogeneidade estrutural nos países periféricos (FURTADO, 1979, p. 248).

Como se observou, a América Latina começa a abandonar as concepções ortodoxas dos termos de troca, do sistema internacional do trabalho, sob influência de economistas locais que passaram a estudar problemas específicos das relações internacionais das economias de produção primária. Com o surgimento da consciência da dependência que este sistema formava, os países latino-americanos procuraram algumas formas para amenizar seus efeitos negativos e diminuir a dependência externa. Um elemento importante para mudar a estrutura da periferia, heterogênea e especializada para homogênea e diversificada era promover a industrialização. Nas condições específicas do pós-guerra, o caminho mais viável era a substituição de importações, como se verá.

1.3 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO SUBSTITUTIVA

Após a Primeira Guerra Mundial as economias latino-americanas passaram por diversas crises no comércio internacional, decorrente de períodos de guerras ou depressão econômica. A crise de 1929 foi fato fundamental para a ruptura do funcionamento do modelo primário exportador latino-americano, bem como um reflexo de profundas transformações estruturais que alteraram significativamente a evolução e o funcionamento do sistema econômico mundial. Os países da América Latina tiveram uma queda na receita de exportação em cerca de 50% de sua capacidade, nível este em geral não recuperado aos níveis pré-crise (TAVARES, 1973, p. 40).

As modificações de estrutura que ocorreram nos países periféricos estão relacionadas além dos fatos apontados anteriormente a mudança do centro cíclico principal do sistema, onde a Grã-Bretanha dá lugar aos Estados Unidos. O coeficiente de importação do novo centro é significativamente menor do que do antigo, ligado a uma acentuada política protecionista, diferentemente da política de livre comércio predominante durante o período de hegemonia britânica.

Embora o impacto sobre o setor externo das economias periféricas ter causado danos irreversíveis no longo prazo, os países latino-americanos não mergulharam em depressão prolongada como as economias centrais. O desequilíbrio externo fez com que grande parte do comércio internacional adotasse medidas protecionistas aos seus mercados internos, controlando as importações, elevando as taxas cambiais ou através de compra de excedentes ou financiando estoques. Estas medidas foram fundamentais para o início do processo de industrialização “para dentro” (TAVARES, 1973, p. 41).

Tendo-se mantido em maior ou menor grau o nível de demanda preexistente e reduzido violentamente à capacidade para importar, estava desfeita a possibilidade um ajuste ex ante entre as estruturas de produção e de demanda interna, através do comércio exterior. O reajuste ex post se produziu mediante um acréscimo substancial dos preços relativos das importações, do que resultou um estímulo considerável à produção interna substitutiva (TAVARES, 1973, p. 41).

O desenvolvimento do setor industrial até então, era um reflexo da expansão das exportações e a partir deste momento, a industrialização seria induzida principalmente pelo declínio do setor exportador. Com exceção de alguns países que apresentaram fortes crescimentos de suas exportações em período pós-crise, tais como a Venezuela e Peru. Os demais países latino-americanos iniciaram uma industrialização interna, pautada em um cenário pessimista da economia mundial.

Alguns países da América Latina, já apresentavam um esgotamento da industrialização induzida pela expansão das exportações antes da crise de 1929. Países como Argentina, Brasil e México já a partir de 1910 apresentavam modificações estruturais escassas, declínio no coeficiente de industrialização. Porém a ruptura desse processo com um brusco colapso da capacidade para importar, a contração dos canais de financiamento internacional, foram provocados pela crise de 1929.

A contração do setor externo deu lugar a dois tipos de reações em conformidade com o grau de diversificação alcançados pela economia nacionais. Primeiro foi o retorno de fatores de produção para níveis de produção pré-capitalistas, como agriculturas de subsistências e artesanatos. Segundo foi à expansão do setor industrial ligado ao mercado interno em um processo de substituição total ou parcial de bens que anteriormente eram adquiridos no exterior. Este segundo caso configurou-se como processo substitutivo de importações no qual se define como sendo o aumento da participação da produção industrial destinada ao mercado interno no Produto Interno Bruto em condições de declínio da participação das importações no produto (FURTADO, 1970, p. 133).

Houve uma mudança das variáveis dinâmicas que condicionavam o desenvolvimento latino-americano. O setor externo perde importância relativa na formação da Renda Nacional e simultaneamente aumenta a participação da atividade interna. A importância das exportações como principal determinante do crescimento econômico, foi substituída pela variável endógena investimento, cujo volume passou a ser decisivo no desenvolvimento da periferia. Porém o setor externo não deixou de desempenhar papel relevante na região. Em vez de ser o principal agente responsável pelo crescimento da renda através do aumento das exportações, passaram a ter contribuição no processo de diversificação da estrutura

produtiva, mediante a importação de materiais e de equipamentos intermediários necessários as indústrias substitutivas.

O processo de substituição das importações foi um processo de desenvolvimento restrito e parcial como resposta, as restrições do comércio internacional, procurou repetir de forma acelerada e em um contexto histórico diferente, as experiências de industrialização dos países desenvolvidos.

A utilização do termo “substituição de importações” muitas vezes é empregado na sua interpretação simples e literal, como o desaparecimento de certas importações que são substituídas pela produção interna. Porém esta simples interpretação disfarça a natureza do fenômeno presenciado na América Latina, levando a um entendimento errôneo da dinâmica do processo de industrialização do continente (TAVARES, 1973, p. 38).

O termo “substituição de importações” adotado para designar o novo processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, é pouco feliz porque dá a impressão de que consiste em uma operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da pauta de importações para substituí-los por produtos nacionais. Uma extensão deste critério simplista pode levar a crer que o objetivo “natural” seria eliminar todas as importações, isto é, alcançar a autarcia (TAVARES, 1973, p. 38-39).

Para Maria da Conceição Tavares (1973, p. 37) é necessário distinguir três períodos que marcam as características do processo de substituição das importações. O primeiro período, que vai desde a grande crise de 1929 até o fim da Segunda Guerra Mundial, é marcado por reduções severas na capacidade de importar, o que exigiu um esforço acentuado na dinâmica de substituição em quase todos os países da região. Esta primeira fase caracterizou pela substituição dos bens não-duráveis de consumo final. No caso brasileiro chegou-se a avançar para produtos intermediários e dos bens de capital.

O segundo período caracterizado até 1954 transcorreu com menores níveis de restrições externas, permitindo um aumento considerável do dinamismo da economia dos países latino-americanos. Neste período para a maioria dos países da região, a orientação do crescimento voltou a ser mais para fora, já que houve uma melhora no poder de compra das exportações do que na substituição das importações. Entretanto a partir de 1954, as condições externas pioraram e a

capacidade para importar novamente ficou restrita, prejudicando o ritmo de crescimento dos países da América Latina. Praticamente só o México e o Brasil puderam continuar com seus respectivos processos de expansão industrial, elevando a taxa de crescimento (TAVARES, 1973, p. 53).

Além das limitações externas, a industrialização latino-americana encontrou uma série de barreiras internas ao seu desenvolvimento. A região apresentava uma estrutura produtiva pouco diversificada, falta de mão de obra qualificada, infraestrutura voltada para exportação e enorme concentração de renda. O fato é que o processo de industrialização na região era acompanhado de um processo inflacionário de intensidade crescente, que comprometia a viabilidade do crescimento.

No campo teórico, surgem neste momento receitas monetaristas que sugerem que o combate a inflação requeria uma política monetária contracionista. A CEPAL opõe-se a esta proposta e desenvolve sua própria interpretação do processo inflacionário na região, a teoria estruturalista da inflação.

1.4 INFLAÇÃO ESTRUTURAL

Em texto publicado pela CEPAL em 1957 analisando o caso chileno, Sunkel (1965, p. 107) sustenta que o processo inflacionário chileno e na grande maioria dos países latino-americanos deve ser analisado através de um contexto próprio, já que se tratava de uma interpretação distinta e mais complexa que aquelas tradicionalmente divulgadas nos casos dos países centrais. Segundo o autor chileno e a CEPAL, as origens reais da inflação estariam nos problemas estruturais do desenvolvimento econômico do continente, no qual o próprio processo de desenvolvimento era afetado pela condição inflacionária em que o mesmo produzia.

No quadro da divisão internacional do trabalho, os países que se especializaram na exportação de produtos primários formaram uma estrutura econômica de tendência inflacionária. Nestes países as crises cíclicas criavam baixas no volume das exportações, deterioração dos termos de trocas, fuga de

capital e redução da linha de crédito do exterior. Com a redução da capacidade de importação mais baixa que do que a renda monetária gerada pelo setor exportador, criava-se uma pressão sobre a balança de pagamento como consequência a necessidade de desvalorização da moeda, o que acarretava aumento de renda para classe exportadora, aumento da receita tributária incidente sobre esta renda e aumento dos preços dos produtos importados. Esse esforço de adaptação do sistema econômico a um conjunto de pressões exercidas do exterior gerava a inflação.

A todo processo de desenvolvimento são inerentes modificações das estruturas econômicas, as quais assumem a forma de transformações bruscas ou graduais no perfil da demanda e na composição da oferta. Com efeito, o estudo do desenvolvimento não é outra coisa que a identificação e a antecipação dessas transformações, assim como das integrações e das possíveis relações de causalidade que existem entre as mesmas (FURTADO, 1970, p. 147).

Nas economias desenvolvidas, os fatores que podem provocar uma mudança no processo cumulativo, operam tanto do lado da demanda como da oferta. No modelo latino-americano, o setor dinâmico da oferta de produtos primários, não interagia com a demanda interna. Um aumento das exportações gerava uma elevação da renda interna e uma diversificação da demanda não acompanhada pelo abastecimento interno limitado a um pequeno número de produtos com pouca inovação. Os produtos de demanda mais elástica ao crescimento da renda eram exatamente os produtos importados, assim não havia uma interação entre a expansão da renda e a oferta. Tratava-se de um modelo de desenvolvimento que restringia transformações nas estruturas econômicas e sociais não preparando as classes dirigentes para mudanças, dificultando crescimento da região.

As crises estruturais e a decorrente inflação nos países latino-americanos acompanharam a industrialização substitutiva. Entre os fatores considerados focos de pressões inflacionárias, Furtado (1970, p. 149) destaca os seguintes fatores: a) A inelasticidade da oferta de produtos agrícolas; b) Inadequação da infra-estrutura; c) Inadequação do fator humano e d) Inadequação das estruturas fiscais.

As estruturas agrícolas dos países da América Latina estavam adaptadas para responder a estímulos oriundos do exterior, não estavam preparados para o crescimento da demanda interna. Era um sistema rígido baseado em uma monocultura, cujo crescimento era extensivo na utilização de terras, mediante a absorção de fatores utilizados anteriormente em agriculturas de subsistência de baixa produtividade. No caso da produção para o mercado interno o cultivo teria que ser diversificado, adaptando-se às modificações da demanda, evitando o uso de terras distantes dos grandes centros com baixa produtividade e aumentando a tecnologia utilizada na agricultura. Caso contrário, as regiões urbanas seriam submetidas a uma escassez relativa de produtos agrícolas cujos preços tenderiam a aumentar (FURTADO, 1970, p. 149).

A infra-estrutura montada ao longo dos anos na América Latina, atendia basicamente a necessidade de uma monocultura voltada para exportação, o novo processo produtivo tanto na agricultura que buscava novas áreas de produção, quanto na indústria que utilizava insumos oriundos do campo encontraram uma estrutura inadequada para atender uma nova demanda diversificada. O mesmo se pode dizer das estruturas de armazenamento e escoação dos produtos agrícolas, tais como silos, armazéns, estradas e a malha ferroviária, inadequados para atender o mercado interno.

Em sua grande maioria os países latino-americanos, embora houvesse abundância de mão de obra, essa força de trabalho não atendia a necessidade das atividades do setor industrial. O setor empresarial quase sempre era controlado por estrangeiros que ficavam isolados na administração e no controle das exportações de matérias-primas e importação de manufaturas para a indústria nacional. A exceção dos países com forte migração européia, era escassa a experiência empresarial dos latino-americanos. Desta forma não havia uma tradição empresarial no continente, cuja classe dirigente tradicional e a classe média profissional estavam afastadas da classe empresarial estrangeira, levando a um lento crescimento das estruturas internas.

Os ganhos dos governos com as receitas fiscais dependiam basicamente do comércio exterior e essencialmente das importações. Com a redução das importações os governantes buscaram elevar a carga tributária para o consumo, porém sem o resultado esperado, já que se tratava de uma estrutura regressiva

onde as famílias com renda mais baixas alocavam uma parcela maior de suas rendas para o consumo do que as famílias com rendas mais altas, que poupavam relativamente mais. Desta forma os governos passaram a depender do avanço do sistema bancário para financiar seus gastos correntes, transformando o setor de arrecadação fiscal como fator de rigidez das estruturas de desenvolvimento da região.

Rodriguez (1981, p. 190) destaca que a tendência ao desequilíbrio externo ao longo do tempo leva ao governo introduzir modificações no câmbio, que por sua vez, conduz ao aumento de preços, gerando tensões inflacionárias:

Em épocas de bonança, tanto as exportações como a renda social crescem com intensidade, desta maneira, se os incrementos da demanda não são satisfeitos com a produção interna, podem ser satisfeitos com importações, o que atenua as pressões no sentido do aumento dos preços internos. No entanto, ao aparecer um déficit no balanço de pagamentos, seja em função de oscilações nos termos de troca, seja em função da tendência ao desequilíbrio externo própria da industrialização substitutiva, abrem-se dois tipos de alternativas de política econômica: comprimir o nível de atividade e de renda, com o objetivo de recuperar o equilíbrio comercial; ou manter o nível de renda e ao mesmo tempo tomar medidas de restrição às importações, tratando de adequá-las à lenta expansão das exportações (RODRIGUEZ, 1981, p. 190).

A tendência ao déficit da balança de pagamentos, oriunda da estrutura do comércio internacional e da vulnerabilidade do setor externo, a rigidez da oferta agrícola, derivada das condições estruturais agrárias, atuam de maneira decisiva na direção dos aumentos de preços. São pressões associadas às características da estrutura produtiva das economias latino-americanas que aliadas aos diversos fatores estruturais citados anteriormente explicam em última instância os processos inflacionários na região.

Os fatores citados, historicamente variam de país para país e também em um mesmo país ao longo do tempo. O México, dentre os países de industrialização mais avançada na América Latina, constituiu o único caso em que as pressões inflacionárias ficaram sobre controle. Isto devido a uma política coerente de industrialização, transformações sociais importantes no período, modernização da

agricultura e controle uni partidário com participação sindical no poder contribuíram para o México controlar a estabilidade de preços (FURTADO, 1970, p 155-156).

No final da década de 1950, muitos dos efeitos positivos que a CEPAL esperava da industrialização não se verificavam. A distribuição da renda não melhora, a inflação aumenta e alguns países mostram taxas de crescimento baixas, além da incapacidade de exportar manufaturas. Tudo isso faz com que novas teorias sejam propostas para entender os motivos nos quais a industrialização não dava frutos esperados. Tema este abordado no próximo capítulo.

2 REFORMAS PARA VIABILIZAR O DESENVOLVIMENTO

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A evolução do pensamento cepalino na década de 1960, esteve pautada em alguns elementos que incidiram profundamente na segunda metade dos anos 1950.

O crescimento da maioria dos países latino-americanos estava ocorrendo em meio à crescente instabilidade macroeconômica na região, motivados por problemas de restrições as exportações.

O processo de industrialização ganhava ritmo de crescimento na região, mas era acompanhado de uma urbanização descontrolada, sem qualquer planejamento de longo prazo, evidenciando a incapacidade de absorção da força de trabalho proveniente da zona rural. Ao mesmo tempo movimentos sindicais começam a fazer parte do cotidiano da região, reivindicando maior participação da população na vida política.

No final da década de 1950 e início dos anos de 1960 a região observa a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), através do Tratado de Montevideu, assinado pela Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, México, Peru, Paraguai e posteriormente Colômbia, Equador Venezuela e a Bolívia, com objetivo de liberalizar o intercambio na região, facilitando processos operacionais e responder aos problemas encontrados na década anterior com a diminuição do comercio bilateral principalmente entres os países do Cone-Sul.

A Revolução Cubana de 1959 causa grande repercussão na política externa dos países da região. Os Estados Unidos desconfiados com o alastramento de políticas contrárias a sua posição, começa a exigir dos governantes latino-americanos políticas "sócio-democratas", buscando minimizar movimentos revolucionários.

Com este cenário formado os Estados Unidos criam a Aliança para o Progresso, um programa de apoio econômico e estratégico ao crescimento dos países latino-americanos, pretendendo diminuir as causas da insatisfação social e a

possível proliferação de movimentos socialistas, além de ampliar o mercado de investimento e de consumo da economia norte-americana. O progresso econômico e social passa a ser visto como assunto de segurança nacional e as idéias e os partidos esquerdistas são vistos como inimigos internos, como é o caso dos representantes do populismo reformista (o peronismo na Argentina e o governo de João Goulart no Brasil). A intervenção das Forças Armadas passa a fazer parte da vida política no Brasil em meados dos anos de 1960 e posteriormente de outros países latino-americanos.

O cenário exigia uma nova estruturação no pensamento cepalino para que fossem incluídos em seus trabalhos contribuições de natureza sociológicas. O que se observava na região era uma crescente polarização política e ideológica, ocorrendo em alguns países enfrentamentos entre organizações de esquerdas revolucionárias e ditaduras de direita.

A CEPAL ao longo da década busca manter o diálogo com as posições políticas moderadas com a diplomacia internacional, principalmente em aspectos relacionados à integração regional e assistência técnica no planejamento de políticas econômicas e sociais do continente. Outro aspecto a destacar nos anos 1960 é que a CEPAL passa a ser o principal fórum de discussão de idéias críticas ao processo de desenvolvimento vigentes nos países periféricos. A discussão girava em torno de três pontos fundamentais: O primeiro é que a industrialização não havia incorporado a maioria da população na divisão dos frutos do progresso técnico e da modernidade; o segundo é que a industrialização não havia eliminado a vulnerabilidade externa e a dependência dos países periféricos para com os países centrais e o terceiro ponto é que ambos os processos em discussão obstruíam o desenvolvimento dos países latino-americanos (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 37).

2.2 OBSTÁCULOS ESTRUTURAIS AO DESENVOLVIMENTO

A industrialização dos países latino-americanos ocasionou mudanças significativas na estrutura produtiva da região e modificações na composição das importações. No entanto, o processo de substituir importações mostrou-se com forte tendência a gerar desequilíbrio externo. A necessidade de adquirir novos produtos importados originados pelo processo de substituições acabava por superar o montante de importações economizado, gerando enorme preocupação das autoridades locais com o desequilíbrio da balança de pagamentos.

Durante a etapa inicial da industrialização, denominada de substituição fácil de importações, o processo produtivo ocorre com os bens de consumo de elaboração simples, destinados ao mercado preexistente de acordo com a diversificação da estrutura produtiva e nível de renda de cada país. Porém este processo de industrialização simples tende a aumentar o ritmo de crescimento de forma mais acentuada do que outras atividades periféricas, atingindo graus crescentes de diversificação à medida que aumenta a demanda no mercado interno.

No entanto, a estrutura produtiva criada ao longo do tempo nos países periféricos não corresponde aos meios de produção utilizados na indústria local no período de expansão da industrialização. O processo de substituição das importações cria necessidades de adquirir dos países centrais, insumos intermediários e bens de capitais para suprir a demanda interna, ao ponto de ultrapassar a economia de divisas trazida pela substituição. Ou seja, a necessidade de importar novos insumos, decorrente de mudanças estruturais ocasionadas pela indústria substitutiva, cria um fluxo perverso, que tende a provocando o desequilíbrio externo nos países latino-americanos (RODRIGUEZ, 1981, p. 194).

A tendência ao déficit externo se manteve ao longo da evolução das etapas da industrialização substitutiva. Durante a segunda fase de produção de bens de consumo duráveis e intermediários, ocorreram novas mudanças da estrutura produtiva periférica, necessitando de novos equipamentos e insumos necessários para produzir internamente os bens de elaboração mais complexos. Desta forma as mudanças da estrutura produtiva tende a ser incompatível com a evolução da capacidade para importar (RODRIGUEZ, 1981, p. 195).

Havia uma real preocupação na região com o desequilíbrio externo da economia, principalmente por parte dos governantes locais e teóricos da CEPAL. O estrangulamento externo gerava uma desaceleração do processo de industrialização substitutiva, subordinando o crescimento periférico ao lento ritmo de aumento da capacidade para importar. Com uma taxa de crescimento da renda de menos de 1% com que vem crescendo a América Latina nos últimos anos da década de 1950, comparado esta taxa no mesmo período com as de 3,7% registradas na Europa, 8,3% no Japão, 9% nos países socialistas da Europa Oriental, ficava evidente o fraco desempenho latino-americano (PREBISCH, 1968, p. 33).

No início dos anos 1960, além das análises e críticas do modelo de industrialização que determinava o desequilíbrio externo da economia, a agenda de discussão da CEPAL esteve pautada em apontar às dificuldades da periferia crescer e absorver a força de trabalho. Os trabalhos de Furtado e Prebisch colocam ênfase em um novo argumento, o da necessidade de se alterar a estrutura social dos países periféricos e redistribuir renda, especialmente através da reforma agrária. Para os autores esta ferramenta seria importante na eliminação das fontes de origem das tensões sociais, falta de capacidade de absorver a força de trabalho no processo produtivo e evitar que um enorme contingente de mão de obra permanecesse à margem do desenvolvimento econômico nos países periféricos (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 39).

O deslocamento descontrolado da população rural para os grandes centros e a falta de capacidade das cidades em absorver este contingente, orienta agora os pensadores cepalinos a voltarem suas análises para o uso social do excedente de capital. A idéia principal era voltar os investimentos no campo e acabar com os latifúndios, que estariam paralisando o progresso técnico agrário, necessário para alterar a estrutura produtiva dos países periféricos.

Prebisch (1968, p. 34) destaca que nem toda a mão-de-obra marginalizada nos grandes centros provém da agricultura e outras atividades primárias. Existem também nestas zonas urbanas atividades com baixas remunerações, desocupados, serviços que exigiam baixa capacidade de qualificação, bem como comércio ilegal de rua e atividades artesanais de caráter pré-capitalista. Toda esta mão-de-obra acabava por ficar à margem do progresso técnico, dependendo das atividades absorvedoras para saírem deste quadro em busca de maiores remunerações.

A indústria e as atividades conexas (comércio e transporte) surgem como forma de desempenharem um papel fundamental na reforma social para dinamizar a economia. São atividades que tendem a crescer com maior intensidade do que a renda e apresentam uma grande variedade de serviços que necessitam de uma preparação profissional em maior ou menor medida, estimulando outras atividades a elevarem suas rendas e atuarem como absorvedoras de mão-de-obra (PREBISCH, 1968, p. 35).

Contudo, há necessidade destas atividades crescerem em um ritmo que não é arbitrário. Existe um ritmo mínimo para que a função de incorporar toda a massa de mão-de-obra se cumpra plenamente. Seu crescimento tem que ser tanto mais intenso quanto maior for o incremento médio de produtividade. Caso contrário o contingente de trabalhadores oriundos do campo ocupariam atividades de baixa renda, serviços de baixa qualificação ficando à margem do processo produtivo (PREBISCH, 1968, 36).

Guardadas as dificuldades de realizar um exame rigoroso devido à falta de dados precisos e a heterogeneidade dos países latino-americanos, a taxa de um por cento no crescimento da renda por habitante no início da década de 1960 tem sido insuficiente para que se cumpra plenamente o papel das atividades absorventes. Até mesmo a Carta de Punta Del Este que assina a necessidade de crescimento em torno de 2,5% não é suficiente. Portanto não é de se estranhar que o excesso da população ativa, manifesta-se em atividades de baixa remuneração, em serviços não qualificados e desempregados, causando impactos negativos nas grandes cidades (PREBISCH, 1968, p. 38).

Os autores cepalinos argumentam que embora exista heterogeneidade nas economias dos países latino-americanos, a questão do campo, constitui base formadora da sociedade, adquirindo um papel fundamental na distribuição da renda e como forma de manter a mão-de-obra no campo. As estruturas agrárias são na América Latina, não apenas um elemento do sistema de produção, mas também dado básico de toda a organização social. Havia necessidade de modificar, tanto nas economias com características exportadoras, como nas atividades mineradoras, a grande propriedade que constitui ao longo do tempo elemento básico da sociedade da região (FURTADO, 1970, p. 89).

Desde o início da colonização prevaleceu à idéia de que as terras seriam distribuídas somente aos que pudessem ou dispusessem de meios para explorá-las, de forma a produzir o excedente para a Coroa. Com a chegada da independência em vários países se pretendeu modificar esse princípio e distribuir terras em unidades familiares, no qual o trabalhador deveria comprometer-se a trabalhar diretamente nas terras cultivadas. Cenário este que esteve ligado à migração européia na região sul do Brasil, na Argentina e no Chile. Porém o tipo de estrutura que prevaleceu na América Latina desde a época colonial e que moldou a sociedade da região foi caracterizado principalmente pela relação latifúndio-minifúndio (FURTADO, 1970, p. 89-91).

O regime latifundiário teve justamente sua origem no fato de que as terras foram doadas em grandes quantidades a um número pequeno de trabalhadores, que passara a exercer controle sobre estas terras, limitando e penalizando o acesso às mesmas. As pessoas que não adquiriram terras, não dispusessem de dinheiro ou não desejassem trabalhar nos latifúndios, eram obrigadas a instalar-se em terras de menor qualidade, ou de localização econômica não vantajosa, transformando-se em minifúndios.

Com exceção do México, Bolívia e Cuba que realizaram reforma agrária, a estrutura agrária da América Latina é relativamente uniforme. Observa-se na região que um pequeno número de latifúndios controla aproximadamente metade das terras produtivas, ao mesmo tempo em que os pequenos proprietários controlam uma pequena fração, ficando disponível para empregos temporários nos latifúndios.

Os ensaios de planejamento econômicos realizados nos países latino-americanos, não obstante a modéstia de seus objetivos serviu para evidenciar os obstáculos de maior profundidade que se antepõem ao desenvolvimento na região (...) logo se percebeu que projetar a expansão de um sistema econômico mediante simples extrapolações de limitado alcance e que um planejamento que se apoiasse apenas nos padrões tradicionais de comportamento dos agentes seria insuficiente para assegurar a consecução mesmo de modestas metas. Requeria-se um estudo aprofundado dos elementos estruturais que delimitam o campo de opção dos agentes para poderem identificar os fatores que freiam o processo de desenvolvimento. Assim, o quadro da análise foi sendo imperceptivelmente ampliado, à medida que se procedia a uma melhor identificação dos agentes pertinentes e que estes eram observados no seu próprio contexto (FURTADO, 1970, p. 307).

Desta forma os estudiosos estruturalistas da CEPAL começam a mudar o enfoque de suas análises, colocando a questão agrária em primeiro plano, já que até o momento os estudos se concentravam na industrialização. Acreditava-se que o desenvolvimento do setor industrial modificaria o conjunto das estruturas tradicionais da região. Porém com o surgimento de barreiras à industrialização este sistema mostrou-se menos eficaz do que o esperado como agente de transformação das estruturas, abrindo-se assim possibilidades para novos estudos do desenvolvimento latino-americano. A reforma agrária passa a fazer parte dos esforços de transformação nas estruturas da América Latina.

Ao contrário do ocorrido no México e na Bolívia, onde a reforma agrária foi consequência do dualismo fazenda-comunidade, na maioria dos países da América Latina esta relação evoluiu de forma distinta. O problema agrário apresentava características distintas dos países citados, já que na maioria dos países da região a comunidade era dispersa não havendo conflitos com a fazenda que convivia com pequenos plantadores isolados. Situação que prevaleceu em países como o Brasil, Venezuela, Colômbia, Chile e na América Central (FURTADO, 1970, p. 322-323).

As fazendas possuíam as melhores terras, ficando a cargo dos pequenos plantadores terras isoladas e de baixa produtividade e que em alguns casos eram obrigados a deslocarem-se para zonas pioneiras, enfrentando esforços de abertura de novos cultivos, transformando-se em minifundistas. Assim a fazenda como fonte principal de emprego no campo, possuía o poder de impor condições à população que dela dependia até mesmo de forma indireta, como obtenção de crédito e fonte de comercialização de seus excedentes. Nessas populações desarticuladas existiam conflitos e movimentos de violência, porém não eram suficientes a antepor ou conseguir permanecer em resistência em relação às fazendas, dificultando movimentos de contestação ao sistema de poder tradicional, como os que ocorreram na Bolívia, que embora apresentasse um elevado nível de atraso relativo ao Brasil, dispunham de mais meios para transformar sua estrutura agrária (FURTADO, 1970, p. 324).

Inexistindo qualquer organização social que se anteponha nas zonas rurais ao poder da classe de grandes proprietários, a estrutura agrária somente se transforma em motivo de preocupação quando a insuficiência crônica da oferta de produtos agrícolas transforma-se

em freio ao desenvolvimento das atividades urbanas. É principalmente fruto desse tipo de preocupação o movimento de reformas agrárias surgido no atual decênio na América Latina, o qual já adotou mais de metade dos países da região de uma complexa legislação visando a esse objetivo (FURTADO, 1970, p. 324).

A reforma agrária torna-se essencial do ponto de vista dos cepalinos, incentivar melhorias de renda e mudanças sociais, fazem parte do discurso para elevar o nível de vida tão precário da população rural, e a mudança de panorama no campo é desde logo essencial. Há uma busca de melhorias no setor agrícola que reflita em outros setores da economia, como melhor distribuição de renda, diminuição dos preços agrícolas, fixar trabalhadores no campo evitando agravar a situação social da população urbana marginal. Prebisch (1963, p. 52) destaca que a reforma agrária se faz necessária por três razões primordiais: a) realizar uma mudança estrutural que permita aproveitar intensamente o potencial de poupança e promova a mobilidade social, com importantes conseqüências econômicas, sociais e políticas; b) satisfazer a procura de uma população que cresce rapidamente e tem que melhorar sua dieta e c) elevar o nível de vida das massas rurais.

Para Prebisch (1963, p. 53) A reestruturação do campo requer a participação coletiva e principalmente a forte participação do Estado, e que seria impossível prever todas as complicações e que muitos erros seriam cometidos, porém necessários. Só realizada em grande escala, a sociedade aprenderia a efetuar – lá e que o essencial é traçar um plano e enfrentá-lo, aproveitando a experiência para corrigir possíveis erros.

Ao mesmo tempo em que diversas análises apontavam para a necessidade de uma reforma agrária ampla para eliminar obstáculos que impediam o crescimento econômico na região, havia outra corrente de pensadores da CEPAL, preocupados com conteúdos políticos e sociais na relação centro e periferia, responsável pela dependência econômica da América Latina com os países centrais. Essa perspectiva que daria lugar à teoria da dependência é analisada no próximo item.

2.3 VISÃO ANALÍTICA DA DEPENDÊNCIA

Uma das vertentes teóricas predominantes durante a década de 1960 que seguiu outra linha de raciocínio que não a “estagnacionista” apresentada nos tópicos anteriores e que teve grande representação na Cepal, foram as teses sobre a “dependência”, presentes em trabalhos de José Medina Echavarría, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e do economista chileno Osvaldo Sunkel. Os trabalhos abordavam que os processos de crescimento das economias periféricas estariam vinculados ao comportamento das classes sociais e às estruturas de poder. Ou seja, a vinculação ocorreria através das relações entre as estruturas domésticas e o poder econômico e político no resto do mundo. O subdesenvolvimento estaria ligado na relação entre as sociedades periféricas com os grandes centros ao longo da história e como se constituíram os grupos sociais internos que definiram as relações com os grandes centros, reconhecendo por parte dos autores que há no aspecto político-social, assim como no econômico algum tipo de dependência, que teve origem na expansão das economias capitalistas originárias.

Para Cardoso e Faletto (1970, p. 16-17) é possível criticar modelos de formação social predominantes no cenário internacional², que sustentam que a América Latina pertenceria a estruturas chamadas “sociedades tradicionais” e que estariam atravessando um período de evolução para as denominadas “sociedades modernas” no qual a sociedade latino-americana faz parte de um padrão intermediário, onde há setores que pertencem a estruturas arcaicas ao contrário de outros setores que seriam considerados modernos, ou seja, estaria para alguns autores, no período chamado de “dualismo estrutural”³. Para os autores da CEPAL, tratar-se de um modelo que não abrange de forma precisa aspectos característicos da região e seu modo de funcionamento e tampouco estabelecem nexos entre as possíveis etapas econômicas e os diferentes tipos de estruturas sociais que pertenceriam às sociedades tradicionais e modernas.

² Presentes nos trabalhos de autores tais como os de R. Redfield, B. Hoselitz, Gino Germani entre outros.

³ O conceito de estruturalismo estrutural neste contexto aparece em trabalhos dos autores Jacques Lambert e Albert O. Hirschman.

Echavarría (in BIELSCHOWSKY, 2000, p. 428-429) aponta que a idéia do dualismo estrutural foi à forma inteligível de alguns autores para descrever a situação encontrada na América Latina. Era uma interpretação válida, já que a estrutura da sociedade se constituía justamente pela coexistência de duas sociedades distintas a moderna e a tradicional como resultado da ação colonial e que se observarmos alguns países desenvolvidos, de fato não ocorreram em seus aspectos sociais, rupturas bruscas, mas sim momentos de transição contínuos. Porém na América Latina esta idéia não era suficiente para explicar, por exemplo, as distancias entre o tradicional e o moderno que são condições dadas por características próprias da região e que a diferença entre os dois estilos de vida, dava lugar a lutas de classes na reação por partes dos atrasados e a busca de expansão pelos mais avançados.

Modelos pautados em análises da necessidade da evolução estrutural por etapas ou fases, quase sempre utilizavam como metodologia, sistemas políticos, econômicos e sociais dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos como futuro das sociedades subdesenvolvidas. Os países da América Latina deveriam reproduzir fielmente as etapas de transformações pelas quais os países centrais passaram, dando pouco valor interpretativo nas mudanças históricas e particularidades de cada país, conforme a interpretação deste tipo de sociologia. Ao contrário, para os pensadores latino-americanos se faz necessário acentuar em suas análises as características históricas e estruturais da região e a forma de relacionamento com os países desenvolvidos, buscando em alguns casos explicações para a dinâmica das sociedades periféricas em consequência de atividades econômicas dos países centrais (CARDOSO E FALETTO, 1970, p. 18).

Trata-se de uma análise que permita vincular, aspectos econômicos e sociais do desenvolvimento dentro de um enfoque histórico-estruturalista. Uma estrutura que adquire aspectos mutáveis ao longo do tempo à medida que as diferentes classes sociais impõem seus interesses e sua dominação para com outras classes. O desenvolvimento é visto desta maneira, “como o resultado da interação de grupos e classes sociais que tem um modo de relação que lhes é próprio, portanto interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico” (CARDOSO E FALETTO, 1970, p. 21).

Nesta busca de explicar a dinâmica do desenvolvimento latino-americano, a sociologia ganhou grande destaque na década de 1960, analisando os processos econômicos enquanto processos sociais, ao ponto de não deixar de lados outros temas importantes.

Echavarría (in BIELSCHOWSKY, 2000, p. 429) destaca que as mudanças que vem ocorrendo na América Latina, são decorrentes de três processos de transformações. O primeiro se daria no campo econômico, com um crescimento do produto total de 4% ao ano entre 1929 a 1959, que para o autor seria atenuado quando calculado por habitante, bem como o fato de haver diferenças enormes entre os países da região. Em termos sociológicos o fato decisivo é que este movimento econômico existiu, ocorrendo mudanças decisivas na consciência econômica coletiva, bem como nas classes dirigentes.

O segundo momento ocorre com a integração nacional na maioria dos países latino-americanos, onde uma maioria considerável de cidadãos consegue de alguma forma participar de atividades coletivas a exemplo da Revolução Mexicana, a era Vargas e o movimento peronista.

O terceiro momento é a busca da integração supranacional. Trata-se de um movimento para o autor não tão claro como os anteriores, porém não pode ser negado que sua presença é constante no cenário latino-americano e suas aspirações são permanentes. Movimento marcado por grande heterogeneidade histórico-cultural representado de um lado um mundo lusitano que busca não ficar de fora do processo de unificação das nações hispânicas cristalizados nos ideais de Simón Bolívar, presentes ainda de forma tímida nos trabalhos de criação de Zonas de Livre Comércio através do Tratado de Montevideú.

Dentro da mesma linha de análises da dependência, Osvaldo Sunkel (in BIELSCHOWSKY, 2000, p. 526) destaca que ao longo do tempo o subdesenvolvimento latino-americano tem sido avaliado pelo ponto de vista das teorias convencionais do crescimento e da modernização, que concebe o subdesenvolvimento como uma situação prévia e imperfeita para atingir o ideal de crescimento, representados na figura dos países desenvolvidos.

Na visão dependentista o subdesenvolvimento é inerente ao funcionamento do sistema capitalista, cujo funcionamento normal é exatamente reproduzir tais resultados e continuar a reproduzi-lo enquanto políticas de desenvolvimento

continuar atacando somente sintomas do subdesenvolvimento ao invés de atacar problemas estruturais básicos. Torna-se assim fato fundamental analisar a história da região, para identificar os referidos elementos estruturais não apenas para explicar o seu funcionamento, mas para apontar possíveis mudanças na sua configuração.

Aprofundando a análise do desenvolvimento latino-americano, observam-se dois tipos de elementos estruturais: o externo e o interno. O primeiro estaria formado pelas instituições que regulam a natureza da vinculação política, econômica, cultural e social da América Latina com os centros. O segundo seria formado por instituições políticas, principalmente o Estado e suas ações concretas, grupos e classes sociopolíticas, recursos nacionais, ideologias, entre outros fatores. A relação entre estes dois tipos de elementos ao longo da história definem o funcionamento do sistema nacional e o processo de transformação estrutural (SUNKEL in BIELSCHOWSKY, 2000, p. 527).

Não se pode admitir que o subdesenvolvimento seja um momento na evolução de uma sociedade, econômica, política e culturalmente isolada e autônoma, (...) o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são duas faces de um mesmo processo universal, que ambos os processos são historicamente simultâneos, que estão funcionalmente vinculados, isto é, interagem e se condicionam mutuamente (SUNKEL in BIELSCHOWSKY, 2000, p. 529).

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento para os cepalinos, fazem parte de um mesmo contexto global, dentro de um único sistema, representados nas relações externas entre os países centrais, industrializados, desenvolvidos e os países periféricos, subdesenvolvidos e internamente entre atividades avançadas e modernas, com atividades atrasadas, grupos marginalizados, primitivos e dependentes. Cujas interações possuem como característica o domínio das estruturas desenvolvidas devido a sua capacidade endógena de crescimento sobre as estruturas subdesenvolvidas.

A idéia de “dependência” comercial, financeira e tecnológica estivera presente na CEPAL, desde as origens, ainda que a expressão propriamente dita não fosse utilizada. Nos anos 1960 as diferenças na utilização do conceito de dependência eram importantes não só na

função analítica desempenhada nas interpretações, mas também no que dizia respeito ao significado político-ideológico. Na CEPAL a “condição periférica” era interpretada como determinante de problemas a serem superados por políticas econômicas e sociais bem orquestradas, a nível nacional e internacional, ou seja, não significava fonte de exploração insuperável que implicasse necessidade de ruptura com o capitalismo (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 41).

Em síntese, as análises abordaram algumas das características que predominaram nas relações das sociedades internacionais. Evidenciando que neste sistema há um complexo de atividades, grupos sociais, que embora localizados geograficamente em Estados distintos, possuem uma multiplicidade de interesses, estilos de vida semelhantes e afinidades culturais, em contrapartida de outros grupos sociais, regiões que estão parcialmente ou completamente excluídos do sistema global.

De forma simultânea às teses dependentistas, a teoria da heterogeneidade estrutural adquire destaque nos fóruns de discussões da CEPAL, apontando falhas da industrialização adotadas nos países periféricos e a necessidade de romper com estruturas arcaicas para alcançar o desenvolvimento, conforme será abordado no próximo item.

2.4 HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL

No final da década de 1960, Aníbal Pinto formula de forma paralela às teses dependentistas, o seu ensaio sobre a heterogeneidade estrutural na América Latina, tese que seguiu a mesma linha de raciocínio dos autores cepalinos. Para os dependentistas a industrialização não havia acabado com a dependência e sim alterada a sua forma, já para Aníbal Pinto a industrialização não eliminava a heterogeneidade estrutural havia apenas modificado o seu formato. Ou seja, em ambas as análises a condição de subdesenvolvimento ao longo do tempo tende a deteriorar-se.

Inicialmente em seu ensaio⁴ o autor discorre sobre alguns pontos relativos do enfoque clássico do dualismo onde a teoria identifica dois pontos extremos das economias primárias exportadoras. Primeiro seria formado pelo complexo exportador, que embora geograficamente e politicamente situados na periferia, atuavam como extensão dos grandes centros. Já no outro extremo, teríamos o que seria denominado de “resto”, estruturas arcaicas com participação mínima ou nula nas estruturas econômicas dos países subdesenvolvidos. As economias dos países periféricos poderiam ser classificadas de acordo com a distância entre as duas estruturas. Países com estruturas altamente especializadas, pouca independência político-social às distâncias entre os extremos seriam maiores. Ao contrário teríamos os países onde se observou produções compartilhadas com o interior e onde se desenvolveram Estados Nacionais mais ou menos independentes.

Com o avanço da industrialização há uma mudança nas estruturas latino-americanas, fortalecendo as estruturas internas, com o aumento em algumas sociedades dos níveis de produtividade igualando ou ultrapassando a média dos complexos exportadores. A América Latina passa a contar com três grandes camadas produtivas para efeitos analíticos, a primeira seria formada pela camada *primitiva*, composta por níveis de produtividades comparados a época colonial. O segundo é composto pelas camadas *intermediárias* correspondendo à produtividade média nacional e a terceira camada formada pelo pólo *moderno*, composto pelas atividades de exportação, indústrias e serviços com níveis de produtividade semelhante as das economias desenvolvidas (PINTO in SERRA, 1976, p. 46).

Ao proceder à análise das diferentes camadas, observa-se a grande desproporcionalidade produtiva entre elas. O setor moderno é responsável por produzir quatro vezes mais que o setor intermediário, ao ponto que o setor primitivo produz aproximadamente apenas 1/4 do setor intermediário. Em números absolutos, teríamos o setor moderno com produtividade per capita de 4.000 dólares ano, setor intermediário com 1.000 dólares per capita, em quanto o setor primitivo corresponderia aproximadamente com um pouco mais que 200 dólares per capita. Se comparado com as principais atividades econômicas nos países desenvolvidos, fica evidente a enorme heterogeneidade estrutural presente na América Latina, ao

⁴ Ver “América Latina- ensaios de interpretação econômica”, 1976

contrário da relativa homogeneidade de diversos setores das economias desenvolvidas (PINTO in SERRA, 1976, p. 47).

Por um lado enquanto nos países centrais, a população atrasada, ou marginalizada, representa uma parte insignificante, nas economias latino-americanas, elas representam uma grande parte. De 35% a 40% da população ativa, estariam trabalhando nas camadas primitivas, gerando apenas 8% do PIB, enquanto a camada moderna representa aproximadamente 13% da população ativa. Nos países desenvolvidos esta ordem é inversa. No longo prazo observa-se a tendência de homogeneidade das diversas áreas das economias centrais, não que não haja diferenças de produtividade no curto prazo com o surgimento de novos setores líderes, porém no longo prazo estes setores tendem a funcionarem como propulsores do restante do sistema, elevando a produtividade para patamares semelhantes aos seus, isto devido à grande importância de políticas econômicas sobre tudo no pós-guerra, evidenciando que não se trata de um processo espontâneo ou natural como apontam algumas teses (PINTO in SERRA, 1976, p. 49).

Na América Latina, ocorreu a expectativa que a industrialização cumpriria o papel de homogeneizar os diversos setores da economia local. Nas primeiras fases da industrialização substitutiva a esperança se manteve, porém ao longo do tempo observou justamente o contrário, não houve a irradiação do setor moderno para os setores atrasados e a tendência foi de aumento da heterogeneidade por diversos fatores, entre os principais: o ritmo lento de desenvolvimento e de se tornar uma economia auto-sustentada; a enorme dependência externa, como endividamento, alienação de decisões políticas econômicas, dependência tecnológica; grande parte da população ativa encontra-se marginalizada do processo produtivo, bem como camadas sociais e regiões internas dos países; e por último não se trata de um processo espontâneo, necessitando de políticas econômicas sérias compromissadas com o desenvolvimento no longo prazo.

Depois de décadas de crescimento voltado para exterior e nos últimos anos com a industrialização substitutiva para o interior, a América Latina apresentava aproximadamente 50% da sua população marginalizada, com renda média semelhante aos países Africanos e Asiáticos em geral (PINTO in SERRA, 1976, p. 50).

Em resumo, estes cenários apontavam que embora houvesse expansão dos setores modernos, estes não eram capazes de impedir a concentração da população nas áreas subdesenvolvidas, evidenciando a tendência da heterogeneidade estrutural nos países latino-americanos, aumentando as distancias dos setores produtivos.

Por fim Aníbal Pinto (in SERRA, 1976, p. 56), identifica em sua tese da heterogeneidade estrutural o que ele denomina de “colonialismo interno”, reconhecendo que há uma espécie de exploração da periferia por parte do centro, evidenciando cada vez mais, desigualdades nas relações dos termos de troca de produtos primários por produtos manufaturados, desigualdade na relação de preços praticados, transferência de lucro, produtividade; excedentes financeiros da periferia para os centros. Desigualdade na distribuição de investimentos públicos privilegiando setores modernos e elites locais.

Alguns governantes buscam compensar a exploração com investimentos sociais e políticas de reequilíbrio regional na tentativa de aliviar o estado precário das periferias latino-americanas. O fato é que grande parte da população dos países subdesenvolvidos, ficam à margem do processo produtivo, tecnológico, econômico, do aumento da produtividade, na distribuição de renda, da ampliação e elevação de empregos à medida que estruturas antigas são mantidas para atender um pequeno número de indivíduos.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como intuito percorrer a trajetória intelectual da Comissão Econômica para a América Latina nas suas duas primeiras décadas de existência, ressaltando as idéias, de que a relação entre “centro” e “periferia” tornou-se possível devido a interesses e coações que ligaram sociedades umas as outras, através do comércio internacional. A tentativa foi de caracterizar e captar a natureza do subdesenvolvimento que pelas múltiplas proporções que essa atinge e por suas peculiaridades não se torna uma tarefa fácil. Assim o subdesenvolvimento apresenta várias dimensões nas quais as que são facilmente visíveis não são necessariamente as mais significativas.

A formação de uma estrutura periférica e sua prevalência ao longo do tempo nada tem a ver com a idade de uma sociedade ou de um país. O fato é que as teses mostram que o parâmetro para medir o subdesenvolvimento é através do grau de acumulação que um país possui, aliado a sua distribuição nos processos produtivos de toda uma nação. Assim observa-se, mesmo que superficialmente, que a natureza do subdesenvolvimento está ligada a uma heterogeneidade tecnológica, reflexo de um comércio externo assimétrico.

A estruturação de um sistema internacional do trabalho condicionou e teve papel fundamental na origem do subdesenvolvimento. Há um consenso entre os autores estudados que o aumento da produtividade do trabalho empregado na produção de recursos visando obter vantagens comparativas, no comércio exterior, permitiu que em outras áreas crescesse também o aumento da produtividade do trabalho decorrente da especialização geográfica. Porém esta última não trouxe benefícios para os países que se especializaram se em aplicar técnicas de produção no setor agrícola. Assim a agricultura não correspondeu uma maior transformação dos métodos tradicionais de trabalho.

O certo é que os países periféricos utilizavam da agricultura, ou seja, dos seus excedentes para formação de seu capital. Neste ponto observa-se nas teses de Celso Furtado e Raúl Prebisch apresentadas neste trabalho que esse excedente serviu para financiar a diversificação dos hábitos de consumo de uma minoria. Como

conseqüência o surgimento de uma elite que buscava aumentar sua participação na parcela e produtos industrializados no fundo foi uma implantação de padrões de consumo advindo de países centrais, modelando os subsistemas econômicos em que o progresso técnico ficou restrito a um pequeno grupo, que absorviam um fluxo de novos produtos que eram importados antes de serem localmente produzidos, ou seja, o fato foi que a região tornou-se importadora de novos bens de consumo, fruto do processo de acumulação dos excedentes agrícolas produzidos na periferia e do progresso técnico desenvolvido nos grandes centros, dando assim origem às economias que hoje chamamos de economias subdesenvolvidas. Como conseqüência o caminho percorrido pela industrialização da América Latina, somada a outros fatores como uma tentativa de produzir suas próprias manufaturas em contrapartida dos bens de consumo importados, não eliminou a dependência e a heterogeneidade estrutural como se esperava, apenas modificou seu formato, demonstrando que o subdesenvolvimento era um processo cuja tendência ganhava longevidade, apesar do crescimento observado na região durante alguns períodos.

Analisando o quadro da divisão internacional do trabalho, conclui-se que os países que se especializaram na exportação de produtos primários formaram uma estrutura econômica de tendência inflacionária, ou seja, as origens reais da inflação estariam nos problemas estruturais do desenvolvimento econômico latino-americano. Nestes países crises cíclicas criavam baixas no volume das exportações, deterioração dos termos de trocas, fuga de capital e redução das linhas de crédito internacional.

No começo da década de 1960 estava claro para a CEPAL que a industrialização enfrentava problemas, e que não tinha alcançado os objetivos de distribuição da renda que se esperava com o processo de diversificação produtiva. Surge então a idéia de que são necessárias transformações nas estruturas internas para enfrentar a dependência e escapar da estagnação econômica. Presente nas idéias iniciais de Celso Furtado e Raúl Prebisch a Reforma Agrária foi o caminho indicado inicialmente como forma de conter a saída desordenada da mão-de-obra rural para os grandes centros, atenuando a marginalização observada na época bem como eliminar os conflitos sociais em franca ascensão. Desta forma a estruturação do campo é peça fundamental no desenvolvimento econômico da América Latina. Uma formação de capital tecnológico, aliada ao processo produtivo, tende a

melhorar a produção no setor primário e a forçar poupança que o Estado necessita para viabilizar a distribuição de renda. Não esquecendo a importância da reforma agrária no papel propulsor da produtividade no campo e a importância social que à mesma possui.

Na segunda metade da década de 1960, com a recuperação econômica na maioria dos países latino-americanos o argumento do estagnacionismo perde espaço para as teses sobre a dependência e heterogeneidade estrutural. Sob o estímulo da sociologia de desenvolvimento cepalino o trabalho conclui que o processo de crescimento econômico da América Latina esteve vinculado entre seus principais fatores, ao comportamento das classes sociais domésticas com as estruturas de poder político-econômico dos países centrais, ao longo do tempo com a expansão das economias dos países capitalistas. O subdesenvolvimento pertence ao capitalismo, assim como o desenvolvimento, a diferença do ponto de vista da sociologia, reside que enquanto no centro a maior parte da população está inserida no mundo moderno, na periferia somente uma pequena parte da classe trabalhadora possui o mesmo privilégio.

A conclusão final do trabalho aponta que a estrutura da sociedade latino-americana determinou ao longo do tempo um padrão específico de inserção da região na economia mundial, na situação de periferia, produtora de bens e serviços com baixa elasticidade renda, demanda internacional pouco dinâmica e importadora de bens e serviços de alta elasticidade renda e absorvedora de padrões de consumo e tecnologia freqüentemente inadequados à disponibilidade de recursos e nível de renda da periferia. A estrutura socioeconômica periférica dita um ritmo próprio de crescimento, de desenvolvimento de tecnologia, de absorver força de trabalho e distribuir renda. Suas características principais são distintas do que ocorre nos países centrais. A periferia possui uma estrutura pouco diversificada, distribuição tecnológica heterogênea, ao contrário dos países centrais, com produtividade homogênea ao longo da sua extensão e mecanismos de difusão tecnológicos inexistentes na periferia. Desta forma a política do desenvolvimento tem que se basear em uma interpretação da realidade latino-americana, tomando cuidado na aplicação de teorias que recebemos e continuamos a receber dos grandes centros que em muitos casos apresentam falhas pelas suas pretensões universais.

REFERENCIAS

BIELSCHOWSKY, R. **Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Vol. I e II.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. 7ª Ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.

COMISSÃO ECONOMICA PARA AMÉRICA LATINA. Disponível em: <http://www.eclac.org>. Acesso em 02 jul. 2008.

ECHAVARRÍA, J. M. Considerações sociológicas sobre o desenvolvimento econômico da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, C. **Formação Econômica da América Latina**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lia, Editor, 1970.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1979.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, C.; BULHÕES, O. G de; LESSA, L. C. et al. **Inflação e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes Limitada, 1965.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

PINTO, A. Heterogeneidade Estrutural e Modelo de Desenvolvimento Recente. In: SERRA, J. (org.) **América Latina; ensaios de Interpretação Econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, V. 5, 1976.

PREBISCH, R. **Dinâmica do Desenvolvimento latino-americano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

PREBISCH, R. **Capitalismo Periférico. Crisis y Transformación**. México: Fondo de Cultura, 1981.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RODRIGUEZ, O. **Teoria do Desenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

SUNKEL, O. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TAVARES, M. C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.